

## Nas trilhas da conservação: a criação do Parque Estadual Serra do Conduru, Bahia, de 1993 a 2006

On the trails of conservation: the creation of the Serra do Conduru State Park, Bahia, from 1993 to 2006

Melissa Lujambio Alves\*

<https://orcid.org/0009-0009-4622-8629>

### Resumo

O estudo de caso aqui apresentado aborda a criação do Parque Estadual Serra do Conduru (PESC), através da perspectiva da História Ambiental, a fim de compreender os modos como diversos atores buscaram superar os conflitos, contradições e controvérsias que atravessaram o Parque, desde o seu decreto até a implementação. Também buscamos compreender as mudanças e permanências provocadas por essa unidade de conservação no território entre os anos de 1993 a 2006. O parque estava inserido num contexto mais amplo de projetos de gestão territorial na região sul da Bahia, baseados em noções de desenvolvimento sustentável e fomento ao turismo através da criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Sendo projetos correlatos, o Parque e a APA Costa de Itacaré - Serra Grande provocaram interações entre humanos e não humanos, modificando as dinâmicas da conservação e vidas associadas. Para este estudo, utilizamos como fontes os Jornais da APA publicados entre 1999 e 2004, Atas de reuniões dos Conselhos Gestores da APA e do PESC entre 1999 e 2006, Projeto de Criação do PESC e Implementação da APA, entrevistas com moradores, ambientalistas e gestores das duas UCs. Entre conflitos, negociações e alianças, o Parque provocou a reorganização de comunidades humanas no território e suas relações com outras formas de vida, promoveu a manutenção e regeneração de importantes remanescentes florestais e contribuiu para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica. Este artigo é fruto de pesquisa realizada com financiamento da CAPES.

**Palavras-chave:** parques; conservação; agências animais; conflitos socioambientais.

### Abstract

This case study examines the creation of the Serra do Conduru State Park (PESC) from the perspective of Environmental History, aiming to understand how various actors sought to overcome the conflicts, contradictions, and

---

\* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [melilujambio@gmail.com](mailto:melilujambio@gmail.com)

controversies surrounding the Park, from its decree to its implementation. It also seeks to explore the changes and continuities brought about by this conservation unit in the territory between 1993 and 2006. The park was part of a broader context of territorial management projects in southern Bahia, based on notions of sustainable development and tourism promotion through the creation of Environmental Protection Areas (APAs). As related projects, the Park and the APA Costa de Itacaré - Serra Grande fostered interactions between humans and non-humans, altering conservation dynamics and associated lives. For this study, sources included APA newsletters published between 1999 and 2004, minutes from the APA and PESC Management Council meetings between 1999 and 2006, the PESC Creation and APA Implementation Project, as well as interviews with residents, environmentalists, and managers of both conservation units. Amid conflicts, negotiations, and alliances, the Park reorganized human communities in the territory and their relationships with other forms of life, promoted the maintenance and regeneration of key forest remnants, and contributed to the conservation of Atlantic Forest biodiversity. This article is the result of research conducted with funding from CAPES.

**Keywords:** parks; conservation; animal agencies; socio-environmental conflicts.

## Introdução

A Mata Atlântica, por ser um dos ecossistemas mais biodiversos e ameaçados do planeta, abriga intensos debates sobre a possibilidade de aliar preservação da biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, diferentes iniciativas de conservação foram implementadas ao longo das últimas décadas, muitas delas gerando impactos diretos sobre território e seus habitantes. O Parque Estadual Serra do Conduru (PESC) foi criado em 21 de fevereiro de 1997, pelo Decreto Estadual nº 6.227, com uma área estimada em 7.000 hectares. Posteriormente, foi ampliado para 9.275 hectares pelo o Decreto nº 8.702 de 04 de novembro de 2003. Localizado na região sul da Bahia, o PESC é um caso particularmente interessante para estudar como iniciativas de conservação ambiental afetam territórios com dinâmicas sociais específicas que articulam floresta e agricultura familiar.

Esta pesquisa insere-se no campo da História Ambiental, abordagem que busca compreender as interações históricas entre sociedades humanas e mundo natural. Buscamos investigar o caso do PESC para abordar os conflitos,

contradições e alianças no processo de criação e implementação do PESC entre 1993 e 2006.

O objetivo central deste artigo é analisar as interações entre diversos atores no processo de criação e implementação do PESC, provocando uma reconfiguração socioambiental na região. Entre os atores participantes do processo, destacam-se gestores ambientais, organizações não governamentais e moradores locais. Além disso, o estudo ressalta o papel da biodiversidade – entendida como o conjunto de espécies e suas interações – na configuração das dinâmicas territoriais. Para conduzir a pesquisa, as perguntas orientadoras foram: de que maneira os diferentes agentes envolvidos buscaram resolver conflitos e superar controvérsias durante a implementação do parque? Quais foram os impactos dessa iniciativa sobre o território e suas comunidades humanas e não humanas?

Para responder essas questões, realizamos a pesquisa com uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, inspirada na metodologia própria da História Ambiental. Trata-se de um campo preocupado não apenas com o impacto das sociedades sobre o ambiente, mas também com o papel que a natureza desempenha nos processos históricos. Seguindo os apontamentos de Worster<sup>1</sup>, propomos uma análise que articula, de forma aberta, dinâmica e interativa, três dimensões fundamentais: “natureza”, sociedade e cultura. Essas se entrelaçam na experiência concreta da humanidade ao longo do tempo, de modo a impossibilitar uma análise dissociada. Se por vezes o fazemos, é apenas como artifício metodológico. Mesmo assim, devemos estar sempre atentos às interações entre economia, política, representações culturais e a multiplicidade de seres que nomeamos de “natureza”.

As fontes analisadas foram os Jornais da APA Costa de Itacaré – Serra Grande (1999-2004), atas de reuniões dos Conselhos Gestores do PESC e da APA (1999-2006), o Projeto de Criação do PESC e Implementação da APA, além de entrevistas realizadas com moradores, ambientalistas e gestores das unidades de conservação. A análise desses materiais foi feita com base em referências teóricas e outros estudos de caso que exploraram as interações entre sociedades e naturezas<sup>2</sup>. Buscamos considerar o caráter histórico e dinâmico dessas

<sup>1</sup> WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Revista Estudos Históricos, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

<sup>2</sup> Algumas referências fundamentais para este estudo foram: CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Mônica (org.). *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. Curitiba: Prismas, 2015.; DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da Capitania de Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2019; DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 1996; LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. *Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental*.

articulações, isto é, as mudanças e permanências envolvendo o parque ao longo do tempo.

Nos debates sobre conservação ambiental, tradicionalmente, observa-se uma crítica contundente aos modelos de proteção integral. Esses modelos seriam baseados no paradigma da “natureza intocada” (Diegues, 1996)<sup>3</sup>, isto é, separada da sociedade. A transformação desse modelo relaciona-se a propostas que reconhecem a presença humana como parte integrante dos ecossistemas e defendem abordagens participativas, que integram os saberes locais e promovem justiça ambiental<sup>4</sup>. Como argumenta Elinor Ostrom (1990)<sup>5</sup>, estratégias centradas na governança comunitária e em arranjos locais podem ser mais eficazes na conservação a longo prazo, especialmente em contextos rurais e biodiversos. Essas abordagens valorizam os sistemas socioecológicos (SES) que contribuem na formação da sustentabilidade.

No caso brasileiro, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000, prevê mecanismos de gestão participativa, como os conselhos gestores, mas sua implementação tem sido marcada por desigualdades no acesso à decisão e limitações na efetiva inclusão das comunidades locais. Estudos como os de Melo e Irving (2014)<sup>6</sup>, destacam que, embora o discurso participativo tenha se institucionalizado, ainda há inúmeros desafios para sua realização, como a sensibilização dos atores sociais regionais e a articulação entre diferentes instrumentos de ordenamento territorial. No contexto do PESC, essas tensões se expressaram nas dificuldades de diálogo

---

*Ambiente & Sociedade*, v. X, n. 2, p. 93-112, jul./dez. 2007; PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. Estud. av. 24 (68). 2010. Estudos de caso de UCs são abordados em: ALVES, Melissa L. *Nas Trilhas da Conservação: Conflitos e Alianças no Parque Estadual Serra do Conduru, Sul da Bahia, 1993-2006*. Dissertação. Mestrado em História. UFMG. Belo Horizonte, 2023, 207 p.

<sup>3</sup> DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996. Ao citar a crítica de Diegues (2000) ao “mito da natureza intocada”, não pretendemos deslegitimar a criação de unidades de conservação de proteção integral. Reconhecemos sua importância para a conservação da biodiversidade, sobretudo em ecossistemas ameaçados como a Mata Atlântica. A crítica dirige-se aos modelos de gestão que desconsideram os contextos sociais e históricos, e que aplicam princípios de exclusão de forma descontextualizada, gerando conflitos com populações locais. Como abordamos no artigo, caminhos vem sendo apontados pelas noções de mosaicos de usos do solo, corredores ecológicos e medidas participativas do SNUC.

<sup>4</sup> JEDYN, Adrian et al. *Conservação da natureza sob a perspectiva da gestão comunitária*. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 17, n. 49, p. 201-218, 2021.

<sup>5</sup> OSTROM, Elinor. *A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems*. *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.

<sup>6</sup> MELO, Gustavo Mendes de; IRVING, Marta de Azevedo. *Mosaicos de unidades de conservação: desafios para a gestão integrada e participativa para a conservação da natureza*. *Geografias*, v. 10, n. 2, p. 46-58, 2014.

entre os órgãos gestores e os moradores, na opacidade de decisões sobre desapropriações e na persistência de desconfianças.

Entre as alternativas discutidas para superar tais desafios, destaca-se o modelo de gestão em mosaicos de unidades de conservação, que propõe a articulação entre diferentes categorias de UCs (de proteção integral e uso sustentável) em territórios contínuos ou interdependentes. Essa abordagem, respaldada pelo SNUC<sup>7</sup>, busca fortalecer a conectividade ecológica e promover uma governança ambiental colaborativa. Ao reconhecer a diversidade de interesses e modos de vida no território, os mosaicos representam uma via promissora para consolidar estratégias de conservação mais democráticas e sustentáveis<sup>8</sup>.

Como resultado, a pesquisa apresentou diversas transformações no território, provocadas pela criação do PESC no contexto do período. Ao mesmo tempo, as comunidades humanas se reorganizaram em termos da relação com a floresta. Apesar de ter efetivamente contribuído para a conservação de importantes blocos florestais e regeneração da fauna e flora locais, o parque também enfrentou resistências significativas por parte dos moradores, principalmente por causa das desapropriações de terras e restrição de acesso aos recursos naturais, processos que envolveram um elevado grau de violência. Portanto, o PESC promoveu espaços pioneiros de negociação e gestão participativa regional, e se destacou como um caso de conservação que possibilitou a continuidade de um significativo trecho de Mata Atlântica.

## A Mata Atlântica no Sul da Bahia e Sua Conservação

A região sul da Bahia contém grande parte de seu território coberto por ecossistemas englobados sob a nomenclatura do bioma Mata Atlântica. Essa floresta regional vem sendo historicamente ocupada e explorada, resultando em fragmentação de remanescentes florestais sob intensa pressão.

A trajetória da Mata Atlântica no Brasil é, em grande medida, uma história de destruição. Warren Dean<sup>9</sup> captou detalhes de como esse bioma foi

<sup>7</sup> Os mosaicos de unidades de conservação são previstos pelo art. 26 do SNUC (Lei 9.985/2000) e precisam ser reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), conforme procedimentos instituídos na Portaria nº 482, de 14 de dezembro de 2010.

<sup>8</sup> RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (RBMA). Oficina Regional de Mosaicos do Corredor Central da Mata Atlântica: Regência, ES, 13 e 14 de agosto de 2009. Linhares: RBMA, 2009. Disponível em: <[https://www.rbma.org.br/programas/docs\\_programas/mosaicos\\_corredores\\_ecologicos/03\\_06\\_01.pdf](https://www.rbma.org.br/programas/docs_programas/mosaicos_corredores_ecologicos/03_06_01.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2025.

<sup>9</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 1ª. ed. São Paulo: Cia.

sendo consumido “a ferro e fogo” por sucessivas ondas econômicas e políticas. Ainda assim, é possível visualizar a composição da Floresta Ombrófila Densa que caracteriza a região com árvores de grande porte, diversidade de espécies vegetais e animais, além de ecossistemas associados, como manguezais e restingas na faixa litorânea. Esses trechos sobreviventes evidenciam importantes práticas de conservação.

O desenvolvimento do conceito de Mata Atlântica, associada ao uso do termo “biomas” no Brasil, revela um processo de construção científica, social e política que remonta à longa duração. Mas foi só entre as décadas de 1980 e 1990, impulsionada pela mobilização de movimentos ambientalistas e pela criação de organizações como a SOS Mata Atlântica que o termo se consolidou. Com a publicação do “Plano de Ação para a Mata Atlântica”, em 1990, e seu respectivo reconhecimento legal, vingou uma concepção ampla do conceito, englobando diversas formações vegetais do litoral ao interior, reconhecido como importante patrimônio ambiental e cultural do Brasil.<sup>10</sup>

No sul da Bahia, a Mata Atlântica resistiu a grandes intervenções humanas até as últimas décadas do século XX, quando a expansão de áreas urbanas, da agricultura e da pecuária começaram a fragmentar a paisagem florestal. A crise do cacau, principal fonte de renda da região naquela época, foi agravada pela disseminação da praga conhecida como “vassoura de bruxa” (*Moniliophthora perniciosa*)<sup>11</sup>. Muitas áreas florestais foram degradadas e houve migração de famílias agricultoras, impactando drasticamente a região a partir dos anos 1980. O fungo deforma frutos, ramos e folhas das árvores de cacau, reduzindo drasticamente a produção e gerando enormes perdas econômicas. Essa situação contribuiu para a degradação ambiental, pois terras de cacau foram abandonadas ou convertidas para outros usos sem planejamento sustentável, acentuando os desafios socioeconômicos e ambientais.

---

das Letras, 2004. 484 p.

<sup>10</sup> Sobre a formação do conceito de Mata Atlântica e de biomas, no Brasil, ver: PÁDUA, José Augusto. Apresentação: uma Floresta, um país e um saber em construção. Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica. In: *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 7; CASTRO, Leonardo. Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica. In: *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 54-82; CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial*. Garamond/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>11</sup> SETENTA, Wallace; LOBÃO, Dan Érico. *Conservação Produtiva: cacau por mais 250 anos*. Itabuna, BA. 2012, 190 p.

Apesar da crise da lavoura cacaueira, o sistema de cabruca<sup>12</sup> persistiu no sul da Bahia, dando forma a um território de mosaicos, onde a agrofloresta cacaueira se alterna com outros usos do solo. O cacau sombreado, plantios diversos, pecuária de pequeno porte e áreas urbanas, criaram uma paisagem que conserva parte da floresta e sua biodiversidade. Esses mosaicos equilibram a produção agrícola com a proteção ambiental, mantendo a função conservacionista da cabruca mesmo diante das dificuldades econômicas e sociais.

Vale ressaltar que, apesar de sua importância para evitar o desmatamento total e manter a paisagem florestal, a cabruca também impõe alterações significativas à estrutura da floresta. Como requer o corte das plantas nas camadas mais baixas, o sistema pode comprometer a regeneração natural e a diversidade de espécies do sub-bosque. Se a cabruca contribuiu para preservar trechos de Mata Atlântica, também provocou transformações profundas nos ecossistemas regionais. Estudos apontam que a contribuição da cabruca para a manutenção da biodiversidade arbórea pode variar bastante, especialmente de acordo com a forma de manejo realizada na propriedade.<sup>13</sup>

A região sul da Bahia passou por diversos processos de ocupação fundiária ao longo dos períodos colonial, imperial e republicano. Em 1562, com a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, uma faixa de terra entre a ilha de Boipeba e a foz do Rio de Contas foi doada aos jesuítas, que fixaram sua residência em Camamu. A região desenvolveu povoações voltadas à produção de alimentos e açúcar, utilizando mão de obra indígena e africana. Segundo Marcelo Dias, no início do século XVIII:

[...] existia no local [foz do Rio de Contas] uma aldeia de índios mansos e alguns portugueses foreiros dos jesuítas. [...] encontramos [...] cartas de alforria concedidas na freguesia de Barra do Rio de Contas a partir de 1711, o que demonstra que a lavoura escravista já estava consolidada a esta época. Os moradores concluíram a igreja Matriz em 1722, dando fundamento à ereção da Vila Nova de São José da Palma do Rio de Contas.<sup>14</sup>

<sup>12</sup> O sistema cacau-cabruca, bastante difundido no sul da Bahia, designa um modo de cultivo do cacaueiro, sendo o termo “cabruca” uma referência ao ato de “brocar” ou “cabrocar”, isto é, roçar a mata, removendo do sub-bosque os arbustos e plantas baixas para plantar o cacau, deixando as árvores maiores, de modo descontínuo e circundado por vegetação “natural”.

<sup>13</sup> Cassano, C. R., Schroth, G., Faria, D., Delabie, J. H. C., & Bede, L. C. (2014). *Desafios e recomendações para a conservação da biodiversidade na região cacaueira do Sul da Bahia*. Centro de Pesquisas do Cacau, 2014.

<sup>14</sup> DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da Capitania de Ilhéus*. Editus : Ilhéus (Bahia), 2019, p. 172.

Além dos jesuítas, os capuchinhos fundaram aldeias, como Nossa Senhora dos Remédios dos Índios Gueréns<sup>15</sup>, enquanto outros grupos indígenas resistiram à ocupação portuguesa. A atuação desses indígenas contribuiu para a manutenção da cobertura florestal. Já no século XVIII, as matas de Ilhéus foram alvo de medidas reais para conservar madeira para a Coroa, mas a destruição florestal avançou para criar áreas agricultáveis. Como argumenta Cabral<sup>16</sup>, a Mata Atlântica integrou o comércio colonial mais como biomassa transformada através da agricultura do que como madeira.

A intensificação da ocupação europeia ocorreu no século XIX, com o cacau superando outras atividades produtivas, moldando a identidade regional e o coronelismo. Desenvolveu-se o sistema cacau cabruca a partir do conhecimento prático dos agricultores, ao longo de muitos anos de tentativas e observações sobre a melhor forma de produzir cacau<sup>17</sup>. Contudo, na década de 1980, a crise da cacauicultura causou o desemprego de cerca de 250 mil trabalhadores,<sup>18</sup> falências de empresas locais e desorganização econômica.

Na contramão desses efeitos, o PESC foi criado em 1997, ocupando uma área já povoada por comunidades agrícolas, nos municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, onde a cacauicultura era expressiva. A localização do parque pode ser observada no mapa a seguir.

---

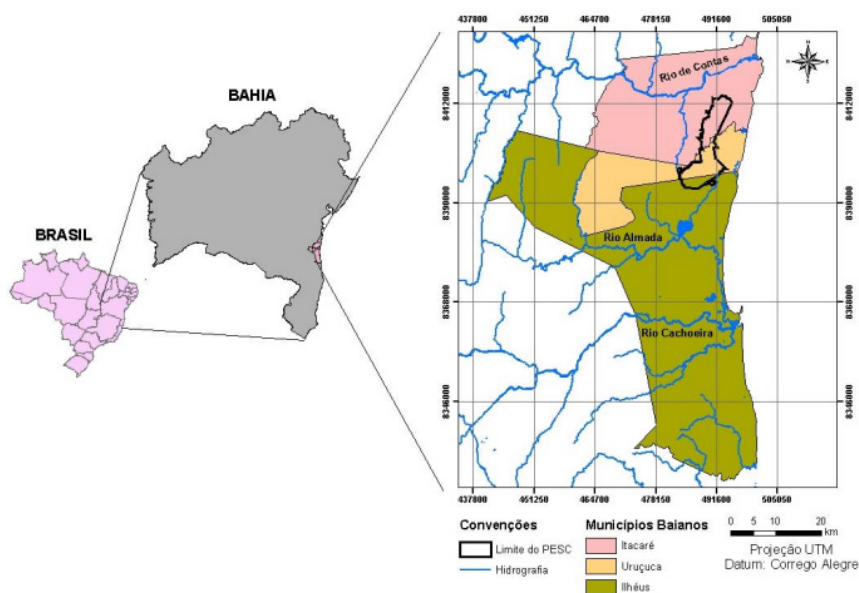
<sup>15</sup> SILVA, Ayalla Oliveira. *Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Gueréns e Pataxós do Sul da Bahia*. Editus : UESC, Ilhéus, 2018, p. 30.

<sup>16</sup> CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial*. Garamond/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>17</sup> CAMPOS, 1981 *apud* LOBÃO, Dan Érico Vieira Petit. *Agroecossistema Cacaueiro da Bahia: Cacau Cabruca e Fragmentos Florestais na Conservação de Espécies Arbóreas*. Tese. Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal). UNESP Jaboticabal, SP. set./2007, 98 p.; CABRAL, Na Presença da Floresta, 2014.

<sup>18</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – 3ª e 4ª Etapas, 2009, p. 8.

**Figura 1-** Mapa de localização do Parque Estadual da Serra do Conduru nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré. Produzido pelo Laboratório de Geoprocessamento – IESB, 2004.



**Fonte:** Plano de Manejo do PESC, 2005.

As famílias da localidade do parque cultivavam cacau e outras frutíferas, majoritariamente em sistemas agroflorestais. Em 2004, havia cerca de 135 pequenas propriedades, com baixa densidade populacional, laços familiares e forte conexão com a paisagem rural e florestal<sup>19</sup>.

Portanto, diversas comunidades tradicionais do sul da Bahia, incluindo indígenas, quilombolas e agricultores, desenvolveram formas de manejo sustentáveis que permitiram a coexistência entre a ocupação humana e a conservação das florestas. Contudo, com o avanço da modernização e a intensificação das atividades econômicas, esses modos de vida foram sendo pressionados. Ao longo do século XX, a Mata Atlântica no sul da Bahia enfrentou forte retração devido às crises na lavoura cacaueteira, levando à degradação de áreas anteriormente protegidas pela cabruca, substituída paulatinamente por serrarias e pecuária, processo agravado pela urbanização e industrialização aceleradas<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 198.

<sup>20</sup> GOVERNO DA BAHIA: SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa*

Em 1992, após a realização da Rio-92, pautas ambientais ganharam força no Brasil, levando à criação do Ministério do Meio Ambiente e de secretarias estaduais e municipais. Foram desenvolvidos programas de proteção ambiental e projetos de sustentabilidade. Na Bahia, esse movimento encontrou a crise da lavoura cacaueira no sul do estado. O turismo foi uma das propostas para fazer frente à crise da economia cacaueira, com o adicional de ser apresentado como uma indústria “limpa” e de baixo impacto ambiental, aproveitando o “potencial” das belas praias nordestinas<sup>21</sup>. Para isso, o governo criou Áreas de Proteção Ambiental (APAs) que regulavam o uso do solo sem remover comunidades locais.

A APA Costa de Itacaré - Serra Grande, criada pelo decreto nº 2.186 em 1993, abrange cerca de 150 km<sup>2</sup> na Costa do Cacau, entre Itacaré e Ilhéus, incluindo Serra Grande, distrito de Uruçuca. Para fomentar o turismo, foi necessário investir em infraestrutura, como acessibilidade, hospedagem e saneamento, prevendo aumento do fluxo de pessoas. Para tanto, foi criado o PRODETUR/NE<sup>22</sup>, que resultou em obras como a pavimentação da rodovia BA 001, ligando Ilhéus e Itacaré, cortando a APA.

Essa estrada foi um dos projetos mais controversos do Programa. Muitos moradores locais apoiavam a iniciativa, esperando melhorias no acesso a serviços básicos. Mas ambientalistas e ONGs ficaram preocupados com os impactos negativos para a Mata Atlântica<sup>23</sup>. Como medida compensatória, foi proposta a criação do Parque Estadual Serra do Conduru, que se tornaria uma importante unidade de conservação integral no sul da Bahia<sup>24</sup>.

De pronto, os ambientalistas organizados em movimentos pioneiros para a região, se colocaram contra a estrada. Na tentativa de forçar um

---

*Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997; IESB. Ação das Madeiras no Sul da Bahia: Informes e Documentos. Verão Resumida. Novembro de 1997.*

<sup>21</sup> AYRES, Mary Lessa Alvim; DAEMON, Ilka Gonçalves; FERNANDES, Paulo Cesar Siruffo; OLIVEIRA, Roberta Junqueira de A. *PRODETUR: infra-estrutura e seus reflexos no turismo*. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 1999. 6 p. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16062>>. Acesso em 21/04/2023.

<sup>22</sup> O Programa de Desenvolvimento do Turismo, cujo piloto foi aplicado na região Nordeste do Brasil (PRODETUR/NE), era uma parceria entre os governos federal e dos estados da região.

<sup>23</sup> A controvérsia e a ação dos ambientalistas diante da estrada foi apresentada nas entrevistas: ARTAZA, Oscar. Entrevista com a autora, 10 de agosto de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora); ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>24</sup> GOVERNO DA BAHIA: SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré - Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997.

contraponto diante do projeto, o grupo foi taxado como os “contra progresso” na visão da população local. Liderados pelo IESB, se prepararam para enfrentar a audiência pública que anunciaria a grande obra. Com essa finalidade, debruçaram-se sobre os estudos de impacto ambiental da estrada e outras pesquisas sobre a flora e a fauna regional.

Para isso, foi de grande importância o estudo realizado pelo Jardim Botânico de Nova Iorque em parceria com a CEPLAC, aspecto emblemático na trajetória do parque. Desde 1990, botânicos dessas instituições iniciaram a coleta de amostras de espécies lenhosas em uma área localizada entre a Serra do Capitão e a Serra do Conduru. Em um único hectare de Mata Atlântica, os pesquisadores encontraram a elevada marca de 458 espécies diferentes de árvores<sup>25</sup>, gerando o índice de biodiversidade até hoje mencionado quando se busca destacar a importância da região para a conservação da biodiversidade de florestas tropicais no mundo. Os dados produzidos também caracterizam a região como de alto índice de endemismo, tanto em relação às espécies do bioma Mata Atlântica em geral, quanto às existentes apenas na área entre os estados da Bahia e Espírito Santo.

A conjugação de alta biodiversidade e endemismo, associadas às ameaças de desmatamento crescente, chamaram a atenção de pesquisadores e instituições, reforçando designações do sul da Bahia como de alta prioridade para a conservação da floresta em projetos nacionais e internacionais. Com isso, os ambientalistas delinearam uma nova estratégia com uma inflexão no posicionamento prévio de oposição à estrada. Para Oscar Artaza, membro do Boto Negro na época da audiência do PRODETUR em Itacaré,

[...] [a estrada] foi vendida muito bem! Foi vendida muito bem por uma parcela de políticos lá, de que nós éramos contra e de que queríamos impedir o progresso deles [dos moradores], então, a gente percebeu que um momento nós... sabe? Estávamos perdendo a batalha mesmo, e pra não perdê-la resolvemos entregar um olho só. Então falamos assim: “beleza, vamos ser a favor, mas com condições, né. Vamos ser a favor com condições.”<sup>26</sup>

<sup>25</sup> Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas em: *Northeastern Atlantic Coastal Forest Project*. Disponível em: <<https://www.nybg.org/bsci/res/bahia/Study-si.html>>. Acesso em 15/05/2023. THOMAS, Wm. Wayt; CARVALHO, André M. V.; AMORIM, André M. A.; GARRISON, Judith; ARBALÁEZ, Alba L. *Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil*. *Biodiversity and Conservation*, 7, 1998, p. 314.

<sup>26</sup> ARTAZA, Oscar. Entrevista com a autora, 10 de agosto de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

Eles criaram uma proposta envolvendo medidas compensatórias como condicionantes para liberar as obras das estradas pelas autoridades de fiscalização ambiental. Seria necessário implementar efetivamente a APA Costa de Itacaré - Serra Grande, que ainda estava só no papel, e também criar uma nova unidade de conservação de proteção integral que seria o parque estadual. Quer dizer, os ambientalistas se muniram de argumentos científicos, mobilizaram suas redes de contatos e encontraram uma alternativa conciliatória para o conflito envolvendo a estrada que cortava a APA recém criada<sup>27</sup>. Portanto, o que parecia um antagonismo de interesses, acabou se revelando uma oportunidade de crescimento. O Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB)<sup>28</sup> e o PRODETUR surgiram a partir de um mesmo contexto, fortalecendo-se mutuamente.

### **Criação do Parque Estadual Serra do Conduru e Implementação da APA Costa de Itacaré – Serra Grande (1997-2002)**

Entre os anos de 1997 e 2002, ocorreu a criação do Parque Estadual Serra do Conduru. Concomitantemente, houve a implementação da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa de Itacaré – Serra Grande. Este período é marcado por intensas negociações, conflitos e avanços que lançaram as bases para a conservação da Mata Atlântica na região. Ambas as ações conservacionistas estão conectadas com um movimento nacional e global na tessitura da arena política ambiental do período.

No contexto nacional, os primeiros parques naturais do Brasil foram criados na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, com a participação de cientistas do Museu Nacional. Em 1937 foi fundado o Parque Nacional de Itatiaia e, em 1939, os Parques Nacionais de Iguaçu e Serra dos Órgãos<sup>29</sup>. Desde então, a criação de unidades de conservação variou conforme conjunturas favoráveis ou não.

---

<sup>27</sup> ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>28</sup> O IESB foi uma ONG bastante atuante no contexto desta pesquisa. Ele surgiu em 1994 com um corpo de formação técnico-científica a partir de um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Sua principal pauta eram estudos de biodiversidade e a proposição de unidades de conservação para enfrentar o desmatamento, além de atuar através das instituições para barrar as ações de serrarias ilegais.

<sup>29</sup> DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. *Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil*. Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas / Roseli Senna Ganem (org.). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 2010. p. 341-385.

Críticas aos parques destacam a expulsão de famílias residentes, desestruturando modos de vida locais, especialmente no sul global, onde estão a grande maioria dos *hotspots*<sup>30</sup> de biodiversidade. O debate sobre a presença humana em áreas protegidas permanece em aberto. Alguns cientistas defendem analisar cada caso, já que em certas áreas a realocação pode ser essencial para proteger espécies extremamente vulneráveis.

Modelos que abarcam uma perspectiva ampliada de gestão territorial, como os corredores e mosaicos de unidades de conservação, foram implementados no Brasil entre os anos 1990 e 2000<sup>31</sup>. Mesmo assim, muitos conflitos persistiram. Outra abordagem sugere o diálogo com moradores antes da criação de UCs, conforme prevê a Lei do SNUC, para buscar acordos que conciliam conservação e interesses locais. De todo modo, atualmente é ponto pacífico que o engajamento das comunidades do interior ou entorno das UCs é crucial para a eficácia da proteção ambiental.

O projeto de criação do Parque Estadual Serra do Conduru foi elaborado por ambientalistas e assinado pelo Departamento de Desenvolvimento Florestal (DDF), vinculado à Secretaria de Agricultura da Bahia. Apresentado em 1997, o documento elaborou um panorama da conservação das matas na região e problematizou os atores envolvidos com a proposta – biodiversidade, moradores, governo e o banco financiador – destacando como a criação do parque atenderia às necessidades de todos. Ao parque foram atribuídas as funções de conservar a biodiversidade, manter a qualidade da água, valorizar o ecoturismo, promover pesquisas científicas e educação ambiental, alinhando-se aos modelos conservacionistas e preservacionistas tradicionais.

Os redatores do projeto definiram os atores e suas identidades de forma a consolidar o parque como ponto de convergência de interesses. Entretanto, o engajamento da comunidade local foi limitado. Os ambientalistas descreveram os moradores como posseiros e proprietários insatisfeitos com a qualidade do solo – ácido, cascalhoso e inadequado para a agricultura. Segundo o projeto:

---

<sup>30</sup> “Os hotspots de biodiversidade são áreas que apresentam uma diversidade biológica única, com grande riqueza de espécies endêmicas, e que sofrem graves ameaças de destruição. Em todo o mundo, foram reconhecidos 34 hotspots, regiões que representam 2,3% da superfície terrestre e abrigam 50% de todas as espécies de plantas e 42% das espécies de vertebrados terrestres do mundo”. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL E FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. O Corredor Central da Mata Atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade. Brasília, 2006, p. 33).

<sup>31</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O Corredor Central da Mata Atlântica, 2006.

Há um desencantamento muito grande entre os pequenos e médios produtores com o uso agrícola das terras, seja pela escassez de crédito subsidiado, seja pela baixíssima qualidade dos solos. Um número significativo de propriedades estão à venda ou abandonadas no trecho de abrangência do Parque.<sup>32</sup>

Essa forma de interpretar os interesses e necessidades dos residentes na área onde o parque seria instalado, podem ter desconsiderado possíveis conflitos e divergências de opinião, presumindo o consentimento dos moradores, mesmo sem consulta prévia.

Os ambientalistas mobilizaram atores através de relatórios que mapeavam a biodiversidade e publicavam dados sobre espécies endêmicas, representando a flora e a fauna. Porém, a representatividade desse grupo para falar em seu nome foi questionada pelos moradores durante a implementação do parque, gerando conflitos. O projeto criou uma rede de conexões frágeis, sem a necessária audição dos atores envolvidos. Além disso, a rede pelo parque está sempre sujeita a reconfigurações, já que “o consenso e suas alianças podem ser contestadas.” Por isso, quando o Projeto foi deslançado, as efetivas criação e implementação do PESC ainda eram incertas.<sup>33</sup>

A Lei 9.985, que criou o SNUC, foi promulgada em 2000 e regulamentada em 2002, exigindo consulta pública prévia à criação de UCs. Porém, conforme Marcelo Barreto, gestor do Parque, o PESC foi criado antes, entre 1997 e 2002, sem seguir esses procedimentos, o que contribuiu para conflitos com comunidades locais. A implementação do PESC começou com três técnicos responsáveis por regularização fundiária e gestão. Como relatado por Rui Rocha:

[...] logo no início, nos primeiros dois anos, houve um trabalho até intensivo, de regularização fundiária, o inventário das propriedades, a demarcação da poligonal, isso foi feito realmente logo na... enquanto a estrada estava sendo construída, *pari passu*, o parque tava sendo implementado nessa escala de fundamento, né, de fundamentação.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> BAHIA. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997, p. 35.

<sup>33</sup> CALLON, Michel. *Some elements of a sociology of translation: the domestication of the scallops and the fisherman of St. Brieuc Bay*. In: LAW, John. *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*. London, UK: Routledge and Kegan Paul. 1986, p. 204 [tradução nossa].

<sup>34</sup> ROCHA, Rui. Entrevista com a autora, 02 de maio de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

Os moradores foram surpreendidos pela notícia do parque, que chegou de forma traumática. Na narrativa de Ana, ex-moradora:

A gente ficou sabendo assim, porque aí veio uma notícia: “Eh! Todo mundo vai embora daqui, todo mundo vai ter que sair daqui, todo mundo vai perder suas terras, vai ter que sair de qualquer jeito!” Chegou o pessoal do parque assim, as primeiras pessoas do parque chegou muito agressivo com os moradores.<sup>35</sup>

A proibição de agricultura, caça e pesca inviabilizou a subsistência e a renda das famílias, que dependiam da extração de piaçava e madeira. Atividades antes comuns, como a extração de madeira para construção e venda, tornaram-se crimes, resultando em prisões e denúncias. Os moradores enfrentaram grandes dificuldades e se sentiram injustiçados, relatando um cenário de “guerra” contra o parque. As possibilidades de composição do território dentro do modelo de unidade de conservação de uso indireto ainda estavam ausentes para os moradores.

A criação de unidades de conservação integrais no Brasil frequentemente gera conflitos ambientais, variando conforme as características predominantes. Isso é evidente ao considerar o “mito da natureza intocada”<sup>36</sup>, reconhecendo que nenhum lugar está completamente livre de contato humano. Conflitos “territoriais” surgem em “situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial”<sup>37</sup>.

Esses conflitos são dinâmicos, sendo reelaborados com novos elementos no território, e não se limitam ao PESC. Até os anos 2000, muitas políticas ambientais negligenciaram as necessidades das populações residentes, gerando desafios comuns aos parques. Assim, a relação entre parques e populações internas ou do entorno é um dos aspectos mais conflitivos na gestão dessas áreas.

Diferentes ações foram adotadas por moradores e ambientalistas na tentativa de diminuir os conflitos e garantir a implementação das unidades de conservação regionais. Uma das medidas importantes para a implementação

<sup>35</sup> ANA. Entrevista com a autora, 25 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>36</sup> DIEGUES, Antônio Carlos S. O mito moderno da natureza intocada. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

<sup>37</sup> ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (org.). *Conflitos Ambientais*. Texto inspirado na Introdução do livro *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação*. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 7.

da APA Itacaré – Serra Grande foi o Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo (PEAE), cujas ações incluíram o Jornal da APA, com sua primeira edição publicada em julho de 1999 e a última em 2007, totalizando 41 edições<sup>38</sup>. Cada edição, com doze páginas, abordava temas como o Plano de Manejo, entrevistas, culinária e piadas. O formato tabloide, com dimensões de 43 x 28 cm e uso de muitas imagens, aproximava o Jornal da APA de um modelo mais acessível. O conselho editorial contou com colaboradores como moradores, ambientalistas e membros do IESB.

O financiamento ocorreu em três fases: inicialmente, com recursos da SUDETUR, *The Ford Foundation* e outros; depois, por anúncios; e, por fim, pelo Fundo Nacional da Mata Atlântica (FNMA). O Jornal era de distribuição gratuita e buscava promover educação ambiental para as comunidades, conforme explicitado:

Hoje, como ontem, o desafio continua o mesmo: continuar a levar informação ambiental de qualidade para os homens, mulheres e crianças da APA, de forma a auxiliar no processo de formação de uma sociedade autenticamente sustentável.<sup>39</sup>

O Jornal incorporava o pensamento desenvolvimentista do estado, destacando o papel de planejar o desenvolvimento sustentável, como no Projeto Corredores Ecológicos:

[...] também pela primeira vez um projeto terá por base o planejamento geopolítico do país e uma visão de futuro sustentado de conservação de sua riquíssima e valiosa biodiversidade.<sup>40</sup>

Apesar de alinhado às políticas estatais, incentivava a participação comunitária no Conselho Gestor da APA e nas atividades ambientalistas, promovendo debates e articulações locais. O conselho editorial e colaboradores não eram homogêneos, refletindo diferentes perspectivas no periódico. O Jornal destacava o discurso científico e temas locais, buscando conectar cenários nacionais e globais “para promoção da APA Costa de Itacaré – Serra Grande e conservação do meio ambiente em todo nosso planeta.”<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> Todas as edições do Jornal da APA analisadas nesta pesquisa foram localizadas na sede do PESC e digitalizadas, estando em posse da autora e disponíveis para consulta.

<sup>39</sup> Jornal da APA, julho de 2004, p. 2.

<sup>40</sup> Jornal da APA, set/2000, p. 11.

<sup>41</sup> Frase presente na ficha técnica de todas as edições do Jornal da APA analisadas.

Portanto, o Jornal da APA foi um periódico dinâmico que retomava aspectos do passado, diagnosticava a realidade presente e planejava o futuro da região. Seus principais efeitos na implementação do PESC foram a abertura de caminhos para o diálogo com grupos da população local, o fortalecimento da imagem de ONGs (especialmente do IESB) no panorama do ambientalismo e a circulação regional da noção de desenvolvimento sustentável. Por fim, foi importante na articulação do Conselho Gestor (CG) da APA, pioneiro no estado da Bahia e propulsor do posterior Conselho Gestor do PESC.

A formação do Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré – Serra Grande, concebido para implementar a APA, também contribuiu para a implementação do PESC<sup>42</sup>. Nos anos 1990, modelos de gestão participativa começaram a ser difundidos no Brasil<sup>43</sup>, e conselhos gestores em áreas de proteção ambiental tornaram-se parte importante da política nacional ambiental após a Lei do SNUC. O primeiro CG do país foi criado em 1993 na APA do Carmo (SP)<sup>44</sup>, e o da APA Costa de Itacaré-Serra Grande foi o primeiro na Bahia, tornando-se uma experiência modelo para os outros CG de unidades de conservação baianas.<sup>45</sup>

Reuniões prévias entre junho e julho de 1999 com proprietários de terra na APA introduziram as ações em andamento, nivelando informações sobre o Programa de Educação Ambiental. Em maio de 2000, o primeiro seminário formativo do Conselho contou com órgãos públicos, ONGs e associações de moradores. O Centro de Recursos Ambientais, órgão estatal da Bahia, ficou responsável pela coordenação, e o IESB pela secretaria executiva. O Conselho tornou-se um espaço para tratar de questões como ecoturismo, acesso às praias, segurança e lixo, além de conflitos relacionados ao Parque. Em uma reunião, Dona Otília, liderança comunitária de um assentamento local, destacou problemas enfrentados pelos moradores pobres indenizados pelo PESC, pois “as pessoas são indenizadas e ‘jogadas fora’ na cidade. Questionou por

<sup>42</sup> Para esta pesquisa, analisamos as atas dos conselhos gestores da APA e do PESC entre julho de 1999 e junho de 2006.

<sup>43</sup> MACEDO, José Alberto Castro; DRUMMOND, José Augusto. *Efeitos da Gestão Participativa dos Parques Estaduais da Bahia*. Raízes, v. 33, n. 1, jan-jun/2012, p. 130.

<sup>44</sup> FULGÊNCIO, Rodolfo Valentino. *As Mobilizações Populares na Criação da Área de Proteção Ambiental Parque e Fazenda do Carmo na Cidade de São Paulo – Brasil*. Dissertação (Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis). UNINOVE, São Paulo, 2022, p. 45.

<sup>45</sup> TORRES, Leila Muricy. *Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental – o caso das APAs da Bahia*. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UESC: Ilhéus, 2007, 196 p.

que não ficar no campo. Pois estas pessoas são agricultores e só sabem trabalhar no campo.”<sup>46</sup>

Além disso, ainda no âmbito da APA, os conselheiros sugeriram a formação de um Grupo de Trabalho para criar o Conselho do PESC, alinhado ao SNUC. Desse modo, o Conselho da APA revelou conflitos gerados pelas duas UCs, mas também serviu como canal de comunicação entre grupos, promovendo gestão participativa e diálogo. A experiência adquirida com a APA foi essencial para organizar a implementação do PESC.

## **Implementação do Parque Estadual Serra do Conduru (2003-2006)**

O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) foi criado na Conferência de Houston, em 1990, com apoio do G7<sup>47</sup>, para promover a conservação florestal no Brasil. Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, buscou preservar a biodiversidade a longo prazo por meio de “corredores ecológicos”<sup>48</sup> integrando unidades de conservação e áreas ocupadas, promovendo manejo sustentável para manter espécies, processos ecológicos e economia regional.<sup>49</sup>

O Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) abrange o Espírito Santo e o sul da Bahia, cobrindo 8,5 milhões de hectares e dois centros de endemismo: sul da Bahia e Rio Doce. A justificativa da relevância dessa área foi reforçada por estudos realizados em parceria entre a CEPLAC e o NYBG<sup>50</sup>, destacando

<sup>46</sup> Dona Otilia, Ata de Reunião do Conselho Gestor da APA, 30/05/2001.

<sup>47</sup> G7 é o nome atribuído à reunião periódica dos sete países democráticos economicamente mais desenvolvidos do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. (Manual de Comunicação da Secom. Item de Glossário. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/g7-e-g8>>. Acesso em 06/11/2023).

<sup>48</sup> O termo “corredor ecológico” é usado em diferentes contextos. No SNUC, refere-se a elementos de conectividade entre fragmentos de ecossistemas, visando fluxo gênico e movimentação da fauna. Já os projetos implementados pelo MMA e IBAMA nos anos 2000 adotaram uma abordagem baseada na ideia de gestão biorregional proposta por Kenton Miller, que envolve unidades de conservação e áreas com distintos usos do solo em estratégias integradas de manejo da paisagem (ARRUDA, Moacir Bueno; SÁ, Luís Fernando S. Nogueira de (org.). *Corredores ecológicos: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil*. Brasília: IBAMA, 2003). Nesse sentido, expressões como “corredor ecológico” e “corredor de biodiversidade” têm sido utilizadas como sinônimos por diferentes instituições. Neste artigo, seguimos a terminologia presente nas fontes consultadas. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *O Corredor Central da Mata Atlântica*, 2006, p. 10).

<sup>49</sup> MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL E FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *O Corredor Central da Mata Atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade*. Brasília, 2006, p. 10.

<sup>50</sup> BAHIA. Projeto de Implantação das Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande e Lagoa Encantada e Criação do Parque Estadual Serra do Conduru, 1997, p. 31.

os altos índices de endemismos, de biodiversidade de espécies arbóreas e a importância do sistema cabruca, que responde por 70% dos 600 mil hectares de cacau cultivados na região.<sup>51</sup>

O PPG7 foi financiado pelo Banco Mundial, gestor do Fundo Fiduciário para Proteção das Florestas Tropicais, com apoio de parceiros como o CEPF<sup>52</sup>. No sul da Bahia, o Projeto Corredores Ecológicos focou no PESC e na APA Costa de Itacaré-Serra Grande, combinando fatores que priorizaram essas áreas com a influência do IESB nas arenas de debate sobre conservação ambiental. Os recursos possibilitaram a compra de equipamentos para o Plano de Manejo da APA e fortaleceram o Conselho da APA, essencial para implementar o PESC.<sup>53</sup>

Segundo Marcelo Barreto, Itacaré foi pioneira na criação de espaços participativos ambientais, e o parque se beneficiou do corpo técnico disponível na cidade.<sup>54</sup> Além disso, ações de apoio aos moradores afetados pelo PESC incluíram cestas básicas, projetos de mudas florestais, trilhas com guias locais, inclusão de moradores no Programa Fome Zero e no Plano de Reforma Agrária. Contudo, a preocupação mais recorrente do Conselho da APA com relação ao PESC envolvia a fiscalização para cessar o desmatamento crescente desde a criação do parque.

Até 2004, ações do Conselho da APA apoiavam a implementação do PESC, que nesse ano passou a ter seus próprios instrumentos de gestão. Uma das primeiras medidas foi a nomeação de Marcelo Barreto como gestor do parque em março de 2004, que passou a participar de reuniões do Grupo de Trabalho para Fiscalização e Monitoramento do PESC. Em setembro de 2005, o Conselho Gestor do PESC foi empossado com 19 representantes do governo e da sociedade civil, muitos vindos do Conselho da APA<sup>55</sup>.

Os recursos do Projeto Corredores Ecológicos foram usados para formar o Conselho, realizar pesquisas para o Plano de Manejo e comprar equipamentos, além de fiscalizar e treinar gestores, vigilantes e moradores. Em 2006, dois

<sup>51</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – 3ª e 4ª Etapas, 2009, p. 8.

<sup>52</sup> O CEPF foi um Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos no Corredor Central da Mata Atlântica formado pela aliança entre a ONG Conservação Internacional, o Banco Mundial, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), a Fundação MacArthur e o governo do Japão.

<sup>53</sup> TORRES, Lefla Muricy. *Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental – o caso das APAs da Bahia*. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UESC: Ilhéus, 2007, 196 p.

<sup>54</sup> BARRETO, Marcelo. Entrevista com a autora, 11 e 12 de abril de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>55</sup> TORRES, *Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental*, 2007, p. 68.

grupos de trabalho foram criados no Conselho: um para fiscalização, sem posseiros, para evitar o risco para os moradores, e outro para regularização fundiária, consideradas prioridades essenciais para a gestão do parque<sup>56</sup>. Apesar de embates com madeireiros e caçadores, o gestor destacou a importância das ações de fiscalização dessa época para consolidar a unidade<sup>57</sup>.

Conflitos armados entre policiais e madeireiros marcaram essa fase, resultando em desaceleração da retirada de madeira. Na regularização fundiária, houve avanços e retrocessos: a Fazenda Vale Negro aproximava-se de liberação pelo INCRA para reassentamento, enquanto técnicos trabalhavam no levantamento de propriedades e orientação jurídica. Contudo, muitos posseiros recusaram indenizações por considerarem os valores insuficientes para continuar a agricultura familiar.

As dificuldades eram tantas que levaram os conselheiros a cogitar a dissolução do parque e sua inclusão em uma zona de proteção rigorosa na APA Itacaré - Serra Grande.<sup>58</sup> Apesar disso, o período foi lembrado como de grandes avanços, investimentos importantes e otimismo. Para Oscar Artaza, “foi muito interessante aquele período, porque pela primeira vez na minha vida eu visualizei que desenvolvimento e progresso ele pode ter uma base, uma agenda ambiental por trás, entende?”<sup>59</sup>

Mas, a implementação efetiva do parque, como processo contínuo e dinâmico, exigiria investimentos maiores para garantir uma gestão e monitoramento eficazes, assegurando sua continuidade.

Outra ação importante na implementação de unidades de conservação no Brasil é a produção do Plano de Manejo, que transformou a área em um laboratório a céu aberto. Segundo o SNUC:

[...] um plano de manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.<sup>60</sup>

<sup>56</sup> Ata De Reunião do Conselho Gestor da APA, 08/02/2006.

<sup>57</sup> BARRETO, Marcelo. Entrevista com a autora, 11 e 12 de abril de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>58</sup> Ata De Reunião do Conselho Gestor do PESC, 19/04/2006.

<sup>59</sup> ARTAZA, Oscar. Entrevista com a autora, 10 de agosto de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>60</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005.

No PESC, as pesquisas para o Plano de Manejo envolveram cientistas de diversas áreas e instituições, como a Universidade Estadual de Santa Cruz. O levantamento destacou as ações de animais, plantas e outros agentes não humanos, evidenciando seu papel na transformação e manutenção do território. A interação entre pesquisadores e animais, como rastreamento por pegadas ou fezes, ilustra o uso do “paradigma indiciário”, descrito por Ginzburg<sup>61</sup>, que identifica rastros como dados de uma realidade não diretamente experimentável.

A fauna do PESC revelou-se crucial na formação da paisagem e na manutenção de fragmentos florestais, como elucida o trecho a seguir:

A área de amostragem supracitada (CPC) parece representar um corredor entre fragmentos próximos, pois a composição das espécies da área, muitas de ambiente de mata, mostra divergência quanto ao que se esperaria para uma área de capoeira, citando os piprídeos (*Pipra rubrocapilla* e *Machaeropterus regulus*), um tyrannídeo (*Rhytipterna simplex*) e um emberizídeo (*Tachyphonus cristatus*).<sup>62</sup>

As aves, ao dispersarem sementes, contribuem para regeneração florestal e a formação de habitats, exemplificando a cocriação da paisagem. Segundo Cortés Zulueta, “formas de devir configuradas tencionalmente pelos partícipes ativos de todos os seres que, juntos constituem rítmica e mutuamente o mundo, por onde se movimentam e vibram como possibilidades de coexistência”<sup>63</sup> Assim, as pesquisas com os animais do PESC reposicionaram a área no cenário ambiental, reforçando sua relevância regional e global e suas possibilidades de manutenção como unidade de conservação integral.

O PESC foi criado antes da Lei do SNUC, o que dispensou a obrigatoriedade de participação social no processo. Somente após sua criação no papel, ambientalistas e órgãos públicos começaram a dialogar com os moradores. Esse fato contribui para explicar por que o período de 1997 a 2002 foi tão marcado por insegurança jurídica para os residentes, risco de multas e conflitos pela extração de madeira, enquanto tentavam equilibrar sustento da família

<sup>61</sup> GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário*. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

<sup>62</sup> BAHIA, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru, 2005, p. 166.

<sup>63</sup> VELDEN, F. V.; SILVEIRA, F. L. A. da. *Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas*. Revista Nanduty, 9(13), 2021, p. 1–18. <https://doi.org/10.30612/nty.v9i13.15540>.

e cumprimento das leis ambientais. Isso pode ser apreendido no relato de Pedro, 41 anos:

Aí eu me tornei madeireiro, que era a única fonte de renda, né. [...] foi quando iniciou o parque, aí veio tipo aquela perseguição. Cheguei a ser processado, tudo... perdi um burro que a gente tinha, que ajudava no sustento da família [...]. É difícil ser uma pessoa do bem e de repente cê se encontra com medo de alguma coisa<sup>64</sup>

Nesse trecho, o ex-morador do parque relata seu doloroso processo de transição, da agricultura para a atividade madeireira, a proibição do desmatamento e a criminalização de suas atividades. Ano após a criação do PESC, ele recebeu uma oportunidade de treinamento e tornou-se guarda-parque.

Projetos de renda iniciados pelo IESB, como o Projeto Floresta Viva em 2001, foram relevantes, oferecendo pagamento por produção de mudas e reflorestamento. Contudo, a intermitência desses projetos gerava insegurança e rendas insuficientes. Agricultores contratados em fazendas locais relatavam dificuldades em perder a autonomia do trabalho em suas terras, vendo a nova condição como opressora e humilhante.<sup>65</sup> A reconfiguração territorial trouxe desigualdades sociais e relações assimétricas vinculadas ao projeto ambiental.

Já o grupo de moradores reterritorializados pelo Projeto de Assentamento Nova Vida precisou adaptar-se a normas coletivas de uso do solo, estabelecendo novas relações socioculturais. A primeira iniciativa do grupo de moradores do qual Antônio fazia parte foi a organização associativa:

Em 2002 a gente se organizou, através da associação que até já existia numa região chamada Tesouras e a gente se uniu com o pessoal da Tesouras e reativou uma associação que tava desativada. Na época o nome foi Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Tesouras. [...] e aí foi correr atrás dos nossos direitos.<sup>66</sup>

Apesar disso, muitos moradores resistiram às baixas indenizações e continuaram ocupando suas posses de terras dentro do parque, na expectativa de melhores ofertas para regularização fundiária.

<sup>64</sup> PEDRO. Entrevista com a autora, 16 de agosto de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>65</sup> MIGUEL. Entrevista com a autora, 10 de outubro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>66</sup> ANTÔNIO. Entrevista com a autora, 29 de setembro de 2022, PA Nova Vida, Itacaré, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

Casos mais extremos envolviam moradores que não foram empregados pelo parque nem vinculados à reforma agrária, sobrevivendo de formas inadequadas à nova configuração territorial. Conforme o relato de Francisco, 44 anos:

[...] em relação ao tempo que não havia parque era bom. [...] não parava o trabalho. Não era de carteira assinada, não era tudo legalizado, mas tinha [...]. Então pra todo lado tinha trabalho, que tinha muita gente lá. Lá era tipo um povoado, cheio de fazendeiro e posseiro. Hoje não tem mais nada.<sup>67</sup>

Ou seja, havia algumas fazendas empregadoras na área do parque, mas, com a criação da UC e o consequente encerramento dessas atividades, conseguir emprego tornou-se mais difícil. Francisco é um morador que expressou desejo de sair da área, descrevendo a vida antes do parque como “boa” para os nativos, mas “ruim” para a floresta. Após a criação do parque, a relação teria se invertido, com melhorias ambientais, mas prejuízos aos moradores. Isso reforça a ideia de que unidades de conservação integral operam na lógica do antagonismo entre sociedades e naturezas, típicas da modernidade. Essa relação polarizada, ao fim a ao cabo, permanece desvantajosa para a conservação.

Quando avaliamos as pesquisas realizadas na região, as respostas dos moradores à criação do parque, as negociações e resistências, percebemos que houve uma redução no desmatamento e uma manutenção florestal significativa no interior e entorno das UCs, quando comparados ao período anterior e posterior à criação de unidades de conservação na área. Mas não houve uma significativa melhora na qualidade de vida da população local e também não é possível apontar um empobrecimento do entorno associado ao parque<sup>68</sup>. Portanto, os moradores locais arcaram com o ônus da preservação da floresta, mas os efeitos do PESC foram ambíguos e diversos se considerados caso a caso.

## Considerações Finais

A criação do Parque Estadual Serra do Conduru é um marco na conservação da Mata Atlântica no sul da Bahia, consolidando-se no cenário da

<sup>67</sup> FRANCISCO. Entrevista com a autora, 04 de novembro de 2022, Serra Grande, Bahia (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

<sup>68</sup> PIMENTEL, Patrícia Carla Barbosa. *Conservação da Biodiversidade e Pobreza no Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia, Brasil. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)*. PRODEMA (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus - Bahia. 2016. 153 p.

preservação de ecossistemas e biodiversidade. Este trabalho examinou desafios na concepção e implementação do parque, analisando conflitos, contradições e a transformação territorial por meio de estratégias de gestão direcionadas para a sustentabilidade nas décadas de 1990 e 2000. O PESC representou o início de um compromisso que precisa ser contínuo para coexistência entre humanos e outras espécies, com a necessidade de aperfeiçoamento de políticas de conservação.

O processo de estabelecimento do Parque Estadual Serra do Conduru aconteceu em três etapas distintas: a formação da APA Itacaré - Serra Grande (1993 - 1996); seguida pela concepção e implementação do Parque (1997 - 2002); e as primeiras medidas para sua efetivação (2003 - 2006). O principal ponto de tensão envolveu o deslocamento das famílias residentes na área que se tornou parque, agravado pela escassez de diálogo prévio e compensações inadequadas. Mesmo com os conflitos persistindo por um tempo prolongado, observou-se uma certa estabilização ao longo dos anos.

Contradições no modelo de proteção integral refletem as complexas interações históricas entre a floresta e comunidades humanas. Em certos contextos, práticas de manejo tradicional, como a seleção e domesticação de espécies para alimentação, medicina ou construção, contribuíram para a manutenção ou incremento da diversidade biológica local.<sup>69</sup> No entanto, isso não significa que todos os grupos humanos vivam em harmonia com a natureza ou que não provoquem impactos na vida do planeta. Ambientalistas e pesquisadores alertam para os efeitos nefastos da devastação da Mata Atlântica pela ação antrópica, enquanto propõem alternativas como os mosaicos territoriais, combinando conservação e uso sustentável.

Reconhecer a variedade de práticas e seus efeitos é justamente o que permite escapar do “mito da natureza intocada”, aplicado às unidades de conservação ou às comunidades humanas. O objetivo deste artigo foi analisar as relações entre sociedades e naturezas em seu contexto histórico e ambiental, evidenciando a aposta na diversidade. Compreender esses diferentes modos é essencial para pensar políticas de conservação mais justas, sustentáveis e eficazes.

Segundo um dos ambientalistas atuantes no período de criação do PESC e da APA Itacaré-Serra Grande, “o maior ganho ali foi um ganho geral no

---

<sup>69</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da Organizadora; MAGALHÃES, Sônia Barbosa Organizadora; ADAMS, Cristina. Organizadoras. *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. 2021.

sentido do entendimento que o destino, o futuro de Serra Grande e o futuro de Itacaré, ele estava associado à preservação da sua paisagem florestal, sabe?”<sup>70</sup> O PESC exemplifica a articulação de desenvolvimento sustentável com contexto local e histórico, mostrando que seu sucesso depende da interação contínua entre políticas ambientais, atores humanos e biodiversidade.

Portanto, os resultados desta pesquisa podem ajudar a pensar políticas públicas mais sensíveis às realidades locais, especialmente em territórios marcados por conflitos em torno da conservação. Mostrar que a criação de um parque envolve negociações, resistências e alianças entre diferentes atores ajuda a entender que esses processos não são lineares nem neutros. Ao reconhecer a importância do diálogo, da escuta e da flexibilidade na gestão, a experiência do PESC aponta caminhos possíveis para outras unidades de conservação em contextos parecidos.

O PESC não apenas resguarda o patrimônio natural do presente, mas também sugere caminhos para um futuro possível de coexistências interestespecíficas entre humanos e outros seres no território compartilhado. Mesmo que não seja uma solução definitiva, única ou total das questões socioambientais, o Parque já contribuiu e ainda tem muito a contribuir para manter a floresta viva.

## Referências:

- CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial*. Garamond/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2014.
- CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: the domestication of the scallops and the fisherman of St. Briec Bay. In: LAW, John. *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*. London, UK: Routledge and Kegan Paul. 1986.
- CASTRO, Leonardo. Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica. In: *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015, p. 54-82
- DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da Capitania de Ilhéus*. Editus: Ilhéus (Bahia), 2019, p. 172.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

---

<sup>70</sup> ARTAZA, Oscar. Entrevista com a autora, 10 de agosto de 2022, ambiente virtual (arquivo em áudio e transcrição em posse da autora).

Manual de Comunicação da Secom. Item de Glossário. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/g7-e-g8>>. Acesso em 06/11/2023.

Northeastern Atlantic Coastal Forest Project. Disponível em: <<https://www.nybg.org/bsci/res/bahia/Study-si.html>>. Acesso em 15/05/2023.

PÁDUA, José Augusto. Apresentação: uma Floresta, um país e um saber em construção. Da província ao bioma: representações da Mata Atlântica. In: *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. CABRAL e BUSTAMANTE (orgs.). Editora Prismas: Curitiba, 2015

PIMENTEL, Patrícia Carla Barbosa. Conservação da Biodiversidade e Pobreza no Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia, Brasil. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus - Bahia. 2016. 153 p.

TORRES, Leíla Muricy. Análise do processo de implantação de conselhos gestores em áreas de proteção ambiental - o caso das APAs da Bahia. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UESC: Ilhéus, 2007, 196 p.

VELDEN, F. V.; SILVEIRA, F. L. A. da. Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas. *Revista Ñanduty*, 9(13), 2021, p. 1-18. <https://doi.org/10.30612/nty.v9i13.15540>.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (org). Conflitos Ambientais. Texto inspirado na Introdução do livro Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 7.

Artigo recebido para publicação em 04/12/2024 e aprovado em 24/04/2025.